

O ESPAÇO URBANO VISTO COMO UMA "TEIA DE SIGNIFICADOS": POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS DE CLIFFORD GEERTZ À ARQUEOLOGIA DAS CIDADES

Leandro Vieira da Silva¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a potencialidade das teorias antropológicas de Clifford Geertz para os estudos sobre a cultura material de sistemas socioculturais já extintos, mais especificamente, para a Arqueologia das Cidades. Os conceitos e os entendimentos sobre cultura apresentados por esse antropólogo permitem que os mesmos sejam adaptados e utilizados como importantes referenciais teóricos e metodológicos. É vasta a bibliografia que trata das questões urbanas a partir de enfoques geográficos, históricos e arquitetônicos, porém ressentem-se de um diálogo interdisciplinar entre as Ciências Sociais e que tenha como finalidade aprimorar as bases teóricas, a fim de obter uma melhor compreensão sobre os fenômenos que estão sendo estudados. Assim, o texto apresenta essa reflexão, demonstrando como o pensamento de Geertz pode contribuir para as leituras simbólicas no campo da Arqueologia Urbana.

Palavras-Chaves: Clifford Geertz. Antropologia Simbólica. Antropologia Hermenêutica. Arqueologia das Cidades. Arqueologia Urbana.

ABSTRACT

This article aims to present the potential of Clifford Geertz's anthropological theories for studies on the material culture of extinct sociocultural systems, more specifically, for the Urban Archeology. The concepts of culture presented by this anthropologist allow them to be adapted as important theoretical and methodological references. The bibliography dealing with urban issues from geographical, historical and architectural approaches is important, but it suffers from an interdisciplinary dialogue between the Social Sciences that aims to improve the theoretical bases in order to obtain a better understanding of the phenomena that are being studied. Thus, the text presents this reflection, demonstrating how Geertz's thought can contribute to symbolic readings in the field of Urban Archeology.

Keywords: Clifford Geertz. Symbolic Anthropology. Archeology of Cities. Urban Archeology.

¹ Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2003), graduado em Biblioteconomia (com ênfase em Gestão de Coleções) pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004), especialista em Solos e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Lavras (2009), mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013) e doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2019).

INTRODUÇÃO

A preocupação com a temática urbana sempre teve amplo espaço de debate dentro das Ciências Humanas e Sociais, desde questões que envolvem o meio ambiente até abordagens que tratam dos aspectos psicológicos dos indivíduos que vivem em grandes cidades. Nesse sentido, a Antropologia ao estudar a cultura humana, desenvolveu sólidos embasamentos teóricos para compreender o *outro* em toda a sua subjetividade e, nesse caso, irá ao encontro das necessidades enfrentadas pela Arqueologia, a partir do entendimento de que a cultura material pode ser vista como um agente ativo e transformador nas estratégias de negociação social.

O estreitamento entre as duas disciplinas vem de longa data e alguns pesquisadores chegam a considerar que a Arqueologia é uma ciência mais próxima da Antropologia, do que em relação à História (LIMA, 2002). Nesta reflexão daremos um enfoque especial na vertente denominada Arqueologia Pós-Processual, posto que essa corrente teórica foi gradativamente incorporando o elemento simbólico e fez dessa concepção uma importante ferramenta para analisar os significados sociais da cultura material. Uma leitura de diversas obras orientadas pelos pressupostos teóricos do pós-processualismo, como aqueles publicados por Tilley (2008) e Hodder (2001), demonstram como os aspectos simbólicos foram discutidos por esses arqueólogos.

As novidades trazidas pelo pensamento pós-processualista à disciplina arqueológica a partir da década de 80 do século passado vêm trabalhando com conceitos até então pouco explorados pela Arqueologia como semiótica, relativismo e alteridade, a fim de suplantar os aportes herdados do histórico-culturalismo e do processualismo, mas que no Brasil ainda possui poucos adeptos².

Com o advento de novos conceitos trazidos pelo pós-processualismo, novos desafios teórico-metodológicos se apresentaram à disciplina. Quando um arqueólogo se debruça sobre os vestígios que não pertencem a sua sociedade, ele poderá correr o risco de inventar uma cultura, o que implica em uma invenção de significados para aqueles vestígios. Haveria uma saída para essa questão? Dessa forma, o presente artigo pretende introduzir essa reflexão a partir do pensamento central de Clifford James Geertz, a fim

² O pensamento arqueológico está estruturado em três grandes correntes teóricas: o histórico-culturalismo, o processualismo e o pós-processualismo. No Brasil ainda predomina a corrente mais antiga, o histórico-culturalismo, enquanto que a segunda e a terceira correntes, são mais difundidas nos Estados Unidos e na Europa. O pós-processualismo ainda não se estabeleceu de forma significativa entre os arqueólogos brasileiros, apesar de existirem trabalhos de excelência.

de dialogar com a potencialidade dos aspectos simbólicos na cultura material, mais particularmente, no campo da Arqueologia das Cidades³.

A escolha pelo pensamento de Clifford Geertz se fez pela influência que a grande produção teórica desse pesquisador legou para as ciências em geral e para a Antropologia em particular. E, apesar de Geertz não ter se dedicado aos estudos voltados para a cultura nos espaços urbanos, certamente a preocupação desse autor ao demonstrar a dimensão interpretativa da cultura acabou por proporcionar uma revisão epistemológica sobre o etnocentrismo dentro de sua própria disciplina. Nesta condição, pelo fato de suas teorias apresentarem uma capacidade de longo alcance, ele foi (e ainda é) capaz de influenciar outras disciplinas como a História, a Sociologia, a Arqueologia e até para além das ciências humanas, como a Enfermagem (PROCHNOW, LEITE, ERDMANN, 2005).

Portanto, o artigo destaca a linha de pensamento desse antropólogo, bem como as chaves de interpretação que ele usou para tentar superar os desafios metodológicos de suas pesquisas. E na sequência, o texto apresenta as possibilidades e os limites de seu pensamento para a investigação em Arqueologia das Cidades.

A ANTROPOLOGIA INTERPRETATIVA DE CLIFFORD GEERTZ

Entender o nativo por dentro de sua cultura, em seus próprios termos, de modo a não restringi-la à suas peculiaridades ou impressões inverossímeis sobre a mesma, se tornou uma questão fundamental para a Antropologia Interpretativa de Geertz. Logo, a questão colocada por alguns pesquisadores, que emergiu a partir da década de 1960, centrou-se no questionamento sobre o modo do antropólogo pesquisar de forma a não resultar em “uma interpretação do *modus vivendi* de um povo que não fique limitada pelos horizontes mentais daquele povo” (GEERTZ, 2000, p. 88).

Se no caso de Malinowski a problemática sobre “ver as coisas do ponto de vista dos nativos” já havia sido iniciada, em Geertz essa concepção é tratada com mais detalhes. A incerteza sobre “pensar o pensamento”, ou seja, o desafio em desvendar sobre o que o nativo está de fato fazendo, deve ser o verdadeiro foco do antropólogo,

³ A Arqueologia Urbana pode ser dividida sob duas perspectivas, a “arqueologia na cidade” busca compreender os vestígios arqueológicos que estão situados isoladamente e que podem estar culturalmente relacionados à urbe ou não. Já a “arqueologia da cidade”, tem por objeto de estudo a própria urbe, onde os vestígios arqueológicos estão integrados em um sistema urbano e a cidade é entendida como um grande artefato (SANTOS, 2009).

ainda que o profissional, como reconhece Geertz, não tenha competência para perceber exatamente tudo àquilo que seus informantes falam a ele.

Ao contrário do pensamento que reinava na Antropologia, Geertz identificou que havia certa confusão na noção de cultura empregada por muitos pesquisadores, o qual os fazia acreditar ser a etnografia um meio para se extrair a totalidade sobre o *outro*, ou seja, que os relatos etnográficos seriam descrições reais dos nativos e que dessa forma, isso lhes conferia também alguma autoridade. Relacionando esse estilo de fazer antropologia ao contexto científico do modelo das ciências naturais, Geertz afirmara que, assim como ocorre com outras ciências em que se criam leis para tudo o que não é humano, a noção de cultura também não seria diferente para aqueles antropólogos que entendiam que a cultura poderia ser entendida a partir de postulados e de princípios gerais.

Dessa maneira, a ideia de cultura, tratada enquanto conceito científico dentro dos moldes das ciências naturais sofre arriscadas generalizações promovidas, especialmente, pela geração de Tylor, quando cultura era entendida como “o todo mais complexo”. Geertz afirmou que definições como essas têm servido muito mais para confundir do que para esclarecer.

Geertz definiu que a cultura é uma “teia de significados”, onde as próprias pessoas produziram essa trama e nas quais estão atreladas a ela e vai além, afirmando que o próprio pesquisador também está atrelado a essa rede. A partir desse entendimento, Geertz define que o conceito de cultura é “essencialmente semiótico” e a Antropologia, seria uma ciência interpretativa:

o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 1989, p.15).

Desse modo, ao invés de estabelecer leis, regras e parâmetros universais, a tarefa do etnógrafo seria de interpretar essas teias, o que consiste em uma “descrição densa”, ou seja, uma interpretação que capta todo o contexto significativo que será estudado, rompendo assim com a visão universalista sobre a cultura (GEERTZ, 1989).

Em sua preocupação com a epistemologia, o autor alerta que “para entendermos as concepções alheias é necessário que deixemos de lado nossa concepção, e busquemos ver as experiências de outros com relação à sua própria concepção do ‘eu’” (2000, p. 91). Geertz entende que para atingir esse objetivo, o antropólogo deverá ter algumas habilidades epistemológicas que o torne capaz de compreender as expressões de uma

determinada cultura e seus “sistemas simbólicos”. Dentre essas “habilidades” ele destacou a “descrição densa”, como um método para aproximar o etnógrafo da realidade do outro.

Considerando que o estudo da cultura se tornou uma “ciência” e que só se compreende a ciência quando sabemos sobre sua prática, Geertz afirmou que é “justamente, ao compreender o que é etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento” (1989, p. 5).

Em suas palavras, o pesquisador apresenta essa preocupação metodológica: “em antropologia (...) o que os praticantes fazem é a etnografia” (GEERTZ, 1989, p. 15) e essa por sua vez, deve ser definida como uma descrição densa. Assim, apesar de existirem diferenças entre as interpretações - interpretações de primeira mão, que ele considera serem dos nativos, enquanto a do antropólogo seria considerada de segunda/terceira mão - há de se frisar outra diferença: a interpretação antropológica é mais densa do que a dos nativos. Com isso, o etnógrafo, no entendimento de Geertz, obtém um grande panorama sobre a cultura que está sendo investigada.

Partindo dessa concepção, indica que a etnografia tem o potencial para aprofundar sobre as dimensões simbólicas da vida social. O autor redireciona a etnografia descritiva ao paradigma hermenêutico⁴, rejeitando a tendência de tornar a vida social dos nativos em um objeto para construções generalizáveis sobre as suas estruturas sociais, ou mesmo como um pretexto para elaborar reflexões metafísicas. Para Geertz, a incursão cultural deve ser epistemológica, a fim de que o antropólogo descubra como o nativo representa a si mesmo, por meio de seus conceitos, ideias e significados.

No ensaio “Como pensamos hoje: a caminho de uma etnografia do pensamento moderno” (e que segundo Frehse (1998), a tradução mais adequada seria “Como pensamos atualmente: por uma etnografia do pensamento moderno”), o autor afirmou que:

Agora somos todos nativos, e os que não estejam por perto são exóticos. Aquilo que antes parecia ser uma questão de descobrir se selvagens eram capazes de distinguir fatos de fantasias, hoje parece ser uma questão de

⁴ A antropologia interpretativa tem na hermenêutica a sua raiz filosófica, do qual Geertz é o seu principal expoente. Tal destaque se deve ao fato de que esse pesquisador buscou na hermenêutica as bases para estudar os significados simbólicos, não apontando para um significado, mas focando na contextualização dos significados (JESUS, PEIXOTO, CUNHA, 1998).

descobrir como é que os outros, além do mar ou do outro lado do corredor, organizam seu universo de significados (GEERTZ, 2000, p. 226).

O autor enfatiza ainda que, embora os nativos estejam por toda parte, são apenas os antropólogos estariam capacitados a realizar uma descrição densa. Contudo, é importante frisar que as posições do pesquisador e do nativo estão sendo revistas na atualidade, já que muitos nativos estão ingressando no universo acadêmico e se tornando antropólogos. A disciplina antropológica está se debruçando cada vez mais sobre a sociedade dos pesquisadores, sobre a própria prática da etnografia, focando nas relações de poder que estão envolvidas no processo de produção do conhecimento antropológico e ainda sobre os autores dos textos resultantes desse processo (MOREIRA, 2007; SILVA, 2010).

Geertz defendeu ainda que, analisando acontecimentos locais pode-se chegar às complexidades da experiência social, por meio de uma proposta de análise que abrangeria uma escala mais ampla: “é justamente essa extensão de nossas análises a contextos mais amplos que, juntamente com suas implicações teóricas, as recomenda à atenção geral e justifica nosso empenho em construí-la” (GEERTZ, 1989, p. 23).

No entanto, analisando um exemplo etnográfico desse autor, a briga de galos, a quais conclusões ele chega? Sua principal tese é a de que a briga de galo expressa emoções sobre as quais a sociedade está constituída. Ela permite que os balineses vejam suas próprias subjetividades e saibam lidar com elas, ao aprender o que a briga de galos diz na verdade, segundo o autor seria uma “educação sentimental”. Tudo isso parece o reconhecimento de uma essência de um ser balinês, ou nas palavras de Geertz o “espírito de Bali”. Portanto, fica a dúvida se essa explicação seria uma análise em uma “escala mais ampla”, como ele propõe.

Embora Geertz reconheça que “o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas” (1989, p. 19), ele vai tratar essa “ameaça da ficcionalidade” do texto etnográfico como um problema um tanto superficial. A ficcionalidade relativa aos textos etnográficos, enquanto construção do antropólogo, não é a mesma da forma ficcional dos romances, por exemplo, em que tudo é falso, não-factual.

O autor continua dizendo que a diferença entre uma “etnografia boa” e de uma “etnografia ruim” vai depender do relatório etnográfico onde, finalmente, se poderá avaliar se o etnógrafo conseguiu separar “as piscadelas dos tiques nervosos e as piscadelas verdadeiras das imitadas” (GEERTZ, 1989, p. 27). O conhecido exemplo das

“piscadelas” permite exemplificar a ideia geertziana de que cultura não se resume a conhecimento prático, mas é preciso estar situado no “universo imaginativo dentro do qual os seus atos são marcos determinados” (GEERTZ, 1989, p. 23).

Em suma, na teoria interpretativa da cultura, o problema da diferença cultural é superado por Geertz por meio da técnica da descrição densa, quando o processo de interpretação e o exercício da cognição fariam com que o pesquisador pudesse acessar a cultura. Nesse sentido, a cultura parece ser tratada como um “objetivo”, cujas informações são “públicas” (1989:20) e a pesquisa como a “leitura” do contexto das partes da cultura.

ALGUMAS CRÍTICAS À ANTROPOLOGIA INTERPRETATIVA

Como ocorre em todas as teorias no meio científico, sempre há as críticas sobre os trabalhos que foram apresentados e com Clifford Geertz não foi diferente. As gerações contemporâneas e póstumas a ele iniciaram um movimento de não exatamente negar as contribuições que ele proporcionou à Antropologia, mas de avançar nas críticas em relação à natureza do trabalho etnográfico e, assim, trouxeram algumas questões para o debate.

Um dos representantes dessa corrente, Michael Fischer (1982), acionando a Escola de Frankfurt, diz que em suas etnografias, Geertz se limita à micro-análise e que não consegue estabelecer conexões com “esquemas macro-sociológicos e históricos mais abrangentes” (FISCHER, 1982, p. 64). Fischer identifica o relato centrado em algum fato específico, como o exemplo da briga de galos balinesa, sem a preocupação com o relato da cultura como um todo, como sendo um problema na antropologia interpretativa de Geertz.

Outro expoente é James Clifford (2002), que colocou algumas questões sobre construção textual e autoridade antropológica. Encontrou em Geertz o problema do “desaparecimento súbito do autor” ao longo do texto etnográfico, ele diz que o autor primeiro escreve no estilo “eu estava lá” para depois retornar à tradicional distância panóptica, em que desaparece o pesquisador. Para Clifford, a proposta da teoria interpretativa não consegue superar a autoridade antropológica na medida em que se estabelece um diálogo inverídico entre pesquisador e nativo.

Já Roy Wagner em sua obra “A invenção da cultura” destaca que “a ideia de que cultura coloca o pesquisador em pé de igualdade com seus objetos de estudo” (WAGNER, 2010, p. 28-9), no qual o antropólogo é obrigado a incluir a si próprio em um objeto de estudo, já que ele utiliza a sua própria cultura para estudar outras culturas. Assim, o antropólogo vivencia o seu objeto de estudo através do universo dos seus próprios significados e então se vale dessa experiência carregada de significados para transmitir os resultados obtidos aos membros de sua própria cultura.

E assim, se para Michael Fisher, James Clifford e Roy Wagner faltariam a essa antropologia interpretativa o tom da intersubjetividade, a simetria entre a voz do pesquisador e a voz do nativo nos relatos etnográficos e uma melhor conexão entre diferentes escalas de análise, Geertz teve o mérito de demonstrar a importância dos processos criativos, onde o contexto cultural se constitui de forma permanente. A cultura deixa de ser algo que o antropólogo “descobre” e o foco passa a ser o contexto simbólico do qual ele compartilha e sobre o qual ele elabora um conhecimento científico.

ARQUEOLOGIA DAS CIDADES E A PERSPECTIVA HERMENÊUTICA

As abordagens que vem sendo trabalhadas por arqueólogos que entendem a cultura material como um *texto* defendem que o entendimento das dimensões cognitivas e ideacionais devem ser o foco das investigações, em substituição àquelas que priorizam pressupostos difusionistas, neovolucionistas, positivistas e funcionalistas.

Um grande salto qualitativo foi alcançado, ao compreender que a cultura material é produzida por indivíduos com escolhas ideologicamente determinadas, tanto na percepção de que é possível investigar diversos tipos de relações sociais, tanto nos aportes de várias linhas teóricas como a arqueologia estrutural, fundada no estruturalismo revisto; a arqueologia simbólica, fundada na semiótica e a arqueologia crítica fundada a partir do neo-marxismo, sendo todas elas interpenetrantes entre si. É nessa grande corrente, denominada arqueologia pós-processualista, que a teoria da antropologia interpretativa de Clifford Geertz pode contribuir de modo efetivo, segundo Lima (2011): “Por meio de discursos materiais, as pessoas falam silenciosamente sobre si mesmas, sobre sua visão de mundo, sobre o que não pode ou não deve ser dito verbalmente, e aí reside a sua força” (2011, p. 19).

Intratextos

Trazendo essa concepção hermenêutica para o campo do estudo arqueológico das cidades, ela já traz de pronto a necessária expansão do conceito de cultura material entendendo-a não apenas como artefatos produzidos pelos seres humanos, mas como “qualquer segmento do meio físico modificado por comportamentos determinados” (DEETZ, 1997, p. 24). Na perspectiva da arqueologia urbana, a própria cidade é um grande artefato e, logo, os processos sociais podem ser identificados e discutidos (COSTA, 2005).

A perspectiva que concebe as cidades como um vestígio a serem analisadas, parte do entendimento de que elas são vetores de relações sociais entre diferentes grupos socioculturais. Essa característica da urbe permite que arqueólogos, antropólogos, historiadores, urbanistas, sociólogos e geógrafos elaborem profícuas reflexões sobre a maneira como a cidade atua sobre o cotidiano dos indivíduos, a estabelecer normas, a valorizar e disseminar atitudes, a legitimar desigualdades e a manifestar resistências (DUNCAN, 1990).

Olhando por uma “lente geertziana”, a estruturação de uma cidade não se caracteriza apenas pela ação construtiva das edificações ao longo do tempo, mas que o significado social dessas reconfigurações envolve a agência de diversos segmentos sociais. Vista como um texto, a cidade pode apresentar em sua “teia” vários campos discursivos formados por um conjunto de narrativas, conceitos e ideologias de afirmação ou de contestação.

A cidade não é capaz apenas de transmitir códigos simbólicos para os outros, mas esses códigos também podem ser reproduzidos, alterados ou questionados dentro da urbe. E por essa razão a Arqueologia das Cidades é um campo extremamente fértil para discorrer sobre essas questões, já que esses discursos se materializam em locais públicos com maior expressividade.

Dessa forma, entendendo a urbe como uma unidade de pesquisa para a Arqueologia, a linha de trabalho de Clifford Geertz pode ajudar no aspecto metodológico, naquilo que ele defendeu como “descrição densa” para a etnografia. No caso da Arqueologia, o desafio de compreender a “teia de significados” torna-se mais complexa, já que os seus “nativos” estão mortos. Não existe a possibilidade de assistir a uma rinha de galos e perceber as reações dos indivíduos, como o antropólogo tem a oportunidade. Não se dispõe das vozes dos “nativos” para contar sobre os fatos do passado e a depender do segmento social, como os grupos escravizados no Brasil

colonial e imperial, não há nem mesmo documentos que relatem os acontecimentos narrados a partir de sua própria ótica. Assim, sem a participação dos “nativos”, qual seria a saída para os arqueólogos?

Nesta condição, defendo a ideia de que o arqueólogo deve investir na contextualização do seu objeto de estudo tomando para si todo repertório de fontes que estiver disponível. Assim como a “descrição densa” está para o etnógrafo, a contextualização histórica é crucial para o arqueólogo, para que esse tenha meios para compreender a “teia de significados”.

Para se chegar à contextualização dos significados simbólicos, algumas ações são essenciais, como a consulta às fontes documentais sobre o desenvolvimento das cidades e sua organização social sob a perspectiva diacrônica. Outra fonte a ser consultada é a tradição oral, com vários relatos retidos na memória coletiva e que o arqueólogo precisa ter poder de crítica para extrair desses depoimentos todos os elementos necessários para a investigação. E ainda, fontes iconográficas, como mapas, desenhos, aquarelas, gravuras, esculturas e material fotográfico que estiver relacionado ao seu contexto de pesquisa.

Embora ainda persista o discurso de que a única fonte a ser trabalhada pelos arqueólogos é a cultura material resgatada a partir de uma intervenção no solo⁵, várias iniciativas estão sendo feitas na direção de expandir o repertório de procedimentos, pois segundo Lima (1997): “a arqueologia exercida enquanto técnica tem limites bem demarcados. Exercida enquanto uma ciência social, contudo, não tem fronteiras, limites ou barreiras”. Essa variedade de fontes permite que o arqueólogo tenha uma boa contextualização, diante da impossibilidade de dialogar com o seu nativo.

A orientação quanto à coleta de dados e de informações a partir das diversas fontes mencionadas anteriormente remete-nos, novamente, ao entendimento da “descrição densa”, a fim de que pesquisador possua um arcabouço mínimo de inteligibilidade para ser capaz de interpretar toda a complexidade dos simbolismos que estão presentes em uma cidade. E para tanto, sugere-se o levantamento de diversos aspectos, como: o ambiental, o social, o cultural, o econômico, o demográfico e o político.

⁵ Silva (2019: 556) relata em sua tese de doutorado que se deparou com resistências no meio acadêmico ao trabalhar com fontes documentais para elaborar sua contextualização histórica, demonstrando que ainda existe uma forte dicotomia entre as fontes materiais e as fontes escritas no meio arqueológico.

Intratextos

Cada um desses aspectos contribui para a compreensão sobre como os significados podem ser criados, reproduzidos, transformados ou extintos em contextos urbanos. O aspecto ambiental demonstra o substrato ecológico no qual a urbe está assentada, o social evidencia elementos como organização e hierarquias de classes, o aspecto cultural descreve hábitos, comportamentos, identidades, etc., o aspecto econômico mostra o modo de produção, a subsistência e relações comerciais, o aspecto demográfico permite visualizar o crescimento vegetativo e questões ligadas a gênero e etarismos e, por fim, o aspecto político que enfatiza as lutas entre os indivíduos pelo exercício do poder sobre uma cidade.

Outro aspecto da linha de pensamento de Geertz que pode contribuir à investigação arqueológica em contextos urbanos está relacionado ao momento da interpretação dos dados. Por se tratar de culturas do tempo passado, o pesquisador evidentemente não está inserido no universo do outro e, portanto, o que se interpreta é fluxo do discurso social do próprio pesquisador. Os artefatos não “falam por si só”, são os arqueólogos que lhes conferem significados a partir de sua própria cultura e do volume de conhecimentos que eles possuem sobre os vestígios por meio de suas vivências e experiências pessoais. Não há reconstruções neutras e imparciais, mas que são fortemente influenciados pelas agendas políticas contemporâneas (LEONE, 1981; LIMA, 2011).

Neste sentido, a premissa é estabelecer uma leitura dos significados de forma análoga à que se procede a um texto. Levando-se em consideração que a cidade é um grande palimpsesto⁶, o qual apresenta uma sucessão de contextos com camadas sobrepostas de construções físicas e de mensagens simbólicas, que foram edificadas, reformadas, arruinadas, destruídas, ou reconstruídas ao longo do tempo, assume-se a necessidade de compreender a urbe como um produto cultural que apresenta múltiplos significados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de cultura e de etnografia de Clifford Geertz influenciaram um forte movimento dentro da disciplina sob moldes renovados, denominada de “Antropologia Simbólica” ou “Antropologia Hermenêutica” ou ainda “Antropologia

⁶ Palimpsesto eram textos primitivos, escritos em papiros ou pergaminhos, os quais tinham seus conteúdos raspados para dar lugar a outros textos.

Interpretativa”. E em se tratando especificamente da cultura ligada a contextos urbanos, o autor não mergulhou nesta temática, a exemplo de outros pesquisadores consagrados, quer seja no Brasil ou no exterior, como Gilberto Velho (1973; 1975; 2003), William Whyte (1943), Zygmunt Bauman (2009), James Holston (1993), Howard Becker (2008), José Guilherme Magnani (2002; 2007), Ruben Oliven (1992) e tantos outros. Geertz não esteve à frente da problemática urbana, porém a sua preocupação em lidar com aspectos interpretativos da cultura, acabou por permitir o estabelecimento de um possível diálogo com diversas frentes de investigação.

Em relação à disciplina arqueológica, a Arqueologia Pós-Processualista se aproximou da Antropologia nos anos setenta e oitenta do século passado, em um momento histórico de profunda insatisfação dos arqueólogos com o entendimento de que a cultura material era algo passivo, essencialmente funcionalista para atender às necessidades de subsistência e que era possível estabelecer leis gerais de médio e de grande alcance, como ocorre nas ciências naturais. Esse descontentamento despertou a necessidade de novas bases teórico-metodológicas que possibilitaram pensar a cultura material como agente ativo e o entendimento de que a Arqueologia é essencialmente interpretativa.

E nesse sentido, a apropriação do pensamento teórico de Clifford Geertz pode enriquecer a disciplina arqueológica quanto à perspectiva de compreender uma determinada cultura como um texto, o qual contém diversos significados e onde a subjetividade pode ocorrer em todos os momentos da pesquisa. Neste artigo foi proposta essa aproximação, com a incorporação de algumas de linhas de seu pensamento e que algumas adaptações são necessárias, para que seus pressupostos teóricos fiquem mais adequados à investigação arqueológica sobre os contextos urbanos.

Mais do que uma retórica acadêmica ou uma aparente sofisticação, pesquisas baseadas em perspectivas interdisciplinares devem ser encorajadas e testadas, diante da crescente complexidade que envolve os objetos de estudo no campo das ciências humanas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BECKER, H. **Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. *In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002.

COSTA, Carlos. **A influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-BA (1549-1760)**. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2005.

DEETZ, James. **In small things forgotten: the archaeology of early american life**. New York, Anchor Books, 1997.

DUNCAN, James. **The city as text: the politics of landscape interpretation in Kandyen Kingdom**. Cambridge: Cambridge Press, 1990.

FISHER, Michael. Da antropologia interpretativa à antropologia crítica. *In: Anuário antropológico* 83, p. 55-72, 1982.

FREHSE, F. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. **Revista De Antropologia**, 41(2), 235-243, 1998.

FUNARI, Pedro. La Arqueología de las ciudades españolas y portuguesas en Sudamérica: una aproximación comparativa, **Boletín de Antropología**, Medellín, Colombia, 16, 33, p.135-146, 2002.

HODDER, Ian (Ed.). **Archaeological theory today**. Cambridge: Polity Press, 2001.

HOLSTON, J. **A cidade modernista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura. *In: A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GEERTZ, Clifford. **Nova Luz Sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

JESUS, M.C.P. de; PEIXOTO, M.R.B.; CUNHA, M.H.F. O paradigma hermenêutico como fundamentação das pesquisas etnográficas e fenomenológicas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.6, n.2, p. 29-35, 1998.

LEONE, Mark P. Archaeology's relationship to the present and the past. *In: GOULD, R. A.; SCHIFFER, M. B. (Eds.). Modern Material Culture: The Archaeology of Us*. New York: Academic Press, 1981.

LIMA, Tânia. Arqueologia histórica na América do Sul: um desafio para a próxima década. *In: IX Congresso Nacional de Arqueologia*, Asociación Uruguaya de Arqueología, Colonia Del Sacramento, Uruguai, 1997.

LIMA, Tânia. Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica: possibilidades e limites. **Revista Estudos Ibero Americanos**, Porto Alegre, v. XXVIII, n.2, p. 7-23, 2002.

LIMA, Tânia. Cultura material, a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6(1), p. 11-23, 2011.

OLIVEN, Ruben. **A Antropologia de grupos urbanos**. Vozes: Petrópolis, 1992.

MAGNANI, José Guilherme. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: UNESP, 2003.

MAGNANI, José Guilherme; SOUZA, Bruna (Orgs). **Jovens na metrópole**. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MOREIRA, Marclin F. A crise dos paradigmas e a solução da Antropologia. **Sinais: Revista Eletrônica - Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, n.01, v.1, p.45-56, 2007.

PROCHNOW, Adelina; LEITE, Josete; ERDMANN, Alacoque. Teoria interpretativa de Geertz e a gerência do cuidado: visualizando a prática social do enfermeiro. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, vol. 13 (4), p. 583-90, 2005.

SANTOS, Nadja. **Interface entre Arquitetura e Arqueologia na preservação do patrimônio cultural urbano**. Dissertação de Mestrado, UFPEL, 156 p., 2009.

SILVA, Leandro Vieira da. **As cerâmicas da Casa da Torre e do Galeão Sacramento: hierarquia social, ideologia e simbolismo nas práticas alimentares da Bahia colonial**. Tese de doutorado, USP, 603 p., 2019.

SILVA, Vagner, Gonçalves da. Segredos do escrever e o escrever dos segredos. Reflexões sobre a escrita etnográfica nas religiões afro-brasileiras?. *In: Aulo Barretti. (Org.). Dos Yorubá ao Candomblé Kétu*. São Paulo: EDUSP, 2010, v. 1, p. 273-302.

SOUSA, Ana Cristina. **Fábrica de pólvora e Vila de Inhomirim: aspectos de dominação e resistência na paisagem e em espaços domésticos, século XIX**. Dissertação de Mestrado, USP, 254 p., 1998.

TILLEY, Chris; KEANE, Webb; KUCHLER, Susanne; ROWLANDS, Mike; SPYER, Patricia (Eds.). **Handbook of Material Culture**. London: Sage, 2008.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

VELHO, Gilberto (Org) .**O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VELHO, Gilberto *et al.*. **Pesquisa urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

WHYTE, William. **Streetcorner society: the social struture of italian slum**. Chicago Press, 1943.